

Sindsep/MA garante assento no Condir do IFMA - Campus Imperatriz

O Instituto Federal do Maranhão - Campus Imperatriz, nomeou nesta manhã, Rilton Cesar dos Anjos Costa (diretor da Secretaria Regional do Sindsep/MA em Imperatriz) e Raimundo Pereira (presidente do Sindsep/MA), como titular e suplente, respectivamente, do Conselho Diretor do Instituto (Condir).

O evento aconteceu no Auditório Conceição Alvarenga, e seguiu todas as normas de distancia-

mento propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O Sindsep/MA mais uma vez mostra a sua responsabilidade social, entendendo que a construção de um mundo mais igualitário passa além dos muros do movimento social e da luta de classes.

A entidade, como em toda a sua história, ratifica a visão de engajamento político-social, estreitando os laços entre o sindicato e o Instituto.



Kliass: Teto de gastos tem responsabilidade em mortes na pandemia e desemprego

O ministro da Economia, Paulo Guedes, terá que abandonar sua "obstinação da austeridade a qualquer custo". Essa é a avaliação que o doutor em Economia e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Paulo Kliass, faz em sua coluna semanal publicada pelo Portal Vermelho. Para Kliass, o teto de gastos, estabelecido pela Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela investimentos públicos por 20 anos, tem responsabilidade nas mais de 165 mil mortes na pandemia e também na recessão econômica que levou 14 milhões ao desemprego no Brasil.

Em sua análise, Kliass aponta que Guedes já deu sinais de que não conseguirá manter a política econômica que o especialista chama de "austericídio". O ministro indicou que caso uma segunda onda da Covid-19 se confirme, medidas para aumentar os gastos além do limite podem surgir. Guedes também voltou a comentar que pode desindexar o orçamento da EC 95, desde que o Congresso aprove a flexibilização do teto.

Segunda onda já é realidade

Com indicadores da Covid-19 aumentando de modo alarmante em todo o país, a segunda onda já é considerada uma realidade e em muitos estados a necessidade de retomar medidas mais severas de isolamento vem sendo discutida. Se a flexibilização do teto de gastos é uma possibilidade que vem sendo avaliada até mesmo entre os maiores defensores das políticas ultraneoliberais, há que se ter atenção a outros indícios perigosos também sinalizados por Paulo Guedes.

Na semana passada, a Folha de São Paulo publicou que Paulo Guedes tem dito nos bastidores que não haverá prorrogação do auxílio emergencial, que acaba em 31 de dezembro. Mas que se tiver que ampliar as transferências de renda para os mais pobres em 2021 isso dependerá da contenção de reajustes para servidores. Ainda segundo publicou a Folha, em termos políticos, isso significa que o Renda Brasil dependeria da aprovação de reformas como a PEC Emergencial, que entre outras coisas, propõe corte de até 25% em salários de servidores públicos.

Pressão e unidade para barrar "granadas"

Outra notícia de destaque foi a resposta dada por Rodrigo Maia ao Supremo Tribunal Federal (STF) de que a tramitação da reforma Administrativa está 'suspensa' e só deve ser retomada ano que vem.

A conjuntura indica que nem Paulo Guedes vai deixar de tentar colocar "granadas" no bolso dos servidores, que ele identifica como 'inimigos', e nem Rodrigo Maia deixará de tocar as pautas que estão no Congresso Nacional e atingem em cheio não só servidores como todo o serviço público. Maia vem reforçando cada vez mais discursos de apoio a programas de austeridade fiscal que envolvem a aprovação também da reforma Administrativa. No mês passado, o presidente da Câmara disse que o País iria para o "precipício" se não fosse regulamentado o teto de gastos, que é, como apontou Kliass e também apontam vários outros especialistas, um dos aprofundadores da crise econômica que vivemos.

Fonte: Condsef



Bolsonaro e Mourão ignoram racismo e desrespeitam população negra no Brasil

A morte de José Alberto Silveira Freitas, espancado por seguranças do Carrefour em Porto Alegre, na quinta-feira (19), prova que o preconceito e a violência contra os negros são reais. Mas, a dupla Jair Bolsonaro (presidente) e o general Hamilton Mourão (vice), insiste em minimizar o racismo no país, negando a realidade e perpetuando o discurso que inflama ânimos de parte barulhenta da sociedade que ainda apoia o desgoverno do ódio, da intolância e da pior gestão da história do Brasil.

A avaliação é da secretária nacional de Combate ao Racismo da CUT, Anatalina Lourenço, após analisar as falas da dupla.

Após o assassinato de José Alberto, o primeiro a se pronunciar foi o vice-presidente Mourão. Em entrevista à imprensa, na sexta-feira (20), Mourão afirmou ser lamentável o fato e completou dizendo que, para ele, “no Brasil, não existe racismo”.

“Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui”, disse o general.

Bolsonaro veio a público um dia depois de Mourão para “assinar em baixo”. Em reunião virtual do G-20, o presidente disse que “querem colocar a divisão de raças no Brasil”.

“Aqueles que instigam o povo à discórdia, fabricando e provocando conflitos atentam contra a nação e contra a nossa própria história [...] há quem

queira destruir a essência do povo colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre raças, sempre mascarados de luta por igualdade ou justiça social”, disse o presidente que ainda fez piada, dizendo que é daltônico e que enxerga todos com as mesmas cores – verde e amarelo.

Presidente e vice ignoram dados de institutos de pesquisa sérios, que mostram exatamente o contrário. Os estudos apontam que a desigualdade brasileira se concentra na questão racial. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 10% mais pobres da população brasileira, 75% são negros. Os dados do último do Atlas Brasileiro da Violência, de 2018, mostram que 75,7% das vítimas de homicídios, inclusive cometidos pela polícia, eram negras.

E para desmentir ainda mais Bolsonaro e Mourão, recente pesquisa do PoderData, realizado pelo Poder 360, mostra que 81% dos brasileiros afirmam que existe preconceito no Brasil.

“Mais do que infames, são declarações de que quem parece viver em um mundo paralelo que não sabemos qual é”, diz Anatalina.

Para a dirigente, Bolsonaro e Mourão, demonstram ignorância, descaso e indiferença com parte significativa da população brasileira. “Não somos 10%. Somos 54% e essas pessoas que estão no poder negam a realidade que vivemos”.

Racismo autodeclarado – a geração criada por Bolsonaro

A mesma pesquisa PoderData que perguntou aos brasileiros se existe racismo no Brasil, também questionou os entrevistados se eles eram racistas: 34% disseram SIM. Em 1995, esse índice era de 10%, segundo uma pesquisa feita à época por outro instituto, o Datafolha.

Para Anatalina Lourenço, o aumento significativo no número de pessoas que assumem ser racistas é reflexo dos governantes do país. “O discurso de ódio de Bolsonaro incentivou o crescimento da violência e dos ataques contra populações historicamente perseguidas. Não só os negros, lembra a dirigente, mas também LGBT’s e mulheres”, afirma a dirigente.

Para ela, é um reflexo da conduta de Bolsonaro que empodera seus seguidores que se sentem legitimados a praticar essas violências e considerar que são superiores a quaisquer outras pessoas.

E o resultado, ela conclui, é o caos e a violência crescente contra a população negra.

“O que vemos hoje por parte desse governo é não somente a negação do racismo, da homofobia, mas a criminalização dessas pessoas e de suas culturas. A arte, a cultura presente nas periferias, bem como as religiões de matriz africana sofrem cerceamento e criminalização”.

Fonte: CUT